CORPO-TERRITÓRIO: GÊNERO E SEXUALIDADE NA EXPERIÊNCIA URBANA

MARIA EDUARDA BATISTA DELLAMAGNA¹³⁶

Resumo: neste texto propõe-se uma reflexão sobre os corpos a partir da exploração das relações estabelecidas entre espaço, gênero e sexualidade, especialmente quando considerados os espaços públicos. São pontuadas experiências e corpos dissidentes, ou seja, aqueles que divergem de uma normativa heterossexual e cisgênera, considerando aquelas contidas na cidade contemporânea com seus diversos processos de intervenções e formulações. O objetivo é realçar a relevância de signos (aspectos e especificidades) dos indivíduos não cis heteronormativos que insistem em circular pelas cidades, ainda que, em sua maioria, ocasionem situações repreensivas e hostis.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Performance. Espaço urbano. Corpo.

1. INTRODUÇÃO

A urbanidade contemporânea é carregada de possibilidades, formulações e processos. Configurada a partir de regulações sociais, este texto é uma tentativa de tornar visíveis algumas relações estabelecidas entre corpo, gênero, sexualidade e espaço público, ao propor uma reflexão sobre a presença de sujeitos dissidentes da regulação heterossexual cisgênera, concebidos como características hegemônicas na formulação e apropriação do espaço urbano. (WEEKS, 2002). Como sugestão, consideram-se as performances de gênero e sexualidade como signos para a formulação do conceito de corpos-territórios aptos à percepção de exclusão, repreensão e hostilidade na urbanidade contemporânea.

É necessário, portanto, conceitualizar o que corpos e signos materializam na discussão a seguir. Soares (2006) pontua o corpo como um elemento capaz de expressar naturalmente, não se esgotando em si, e que se reconhece como signo contido numa intencionalidade expressiva quando socializado, seja ela natural ou instintiva. A corporeidade considerada dissidente é pontuada pela autora como:

Imagem deformada, simulacro, gatafunho, esse corpo que não sou, representaria um obstáculo, um fardo estranho e pesado, maciço e opaco que se me cola como um objecto e me sobrecarrega com uma carapaça incómoda e inestética. Lançado no mundo das coisas como uma coisa mais, tenho um corpo que está a mais e colide continuamente com outros corpos, oferecendo resistência e obstruindo toda a possibilidade de coexistência e de comunidade. (SOARES, 2006, p. 2)

Ao relacionar os conceitos de corpo com o contexto queer, corpos dissidentes de gênero ou sexualidade, ou seja, fora dessa formulação hetero cis normativa, é possivel compreender melhor a imagem descrita como 'representante de um obstáculo' que colide com outros corpos. Os signos aqui implicam em

Graduada em 2022 no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: dudadellamagna@gmail.com.

performances, comportamento, vestimenta, formas de apropriação ou negação de um espaço. Assim, é considerado a corporeidade como esse símbolo/signo de uma performance considerada "normal" e incentivada por diversos elementos da sociedade.

O texto é estruturado para conceitualizar primeiramente o *corpo-território*, passível de ser considerado uma escala de estudo e espaço próprio; em um segundo momento, é proposta uma reflexão sobre o *espaço público materializando relações hegemônicas* a partir da assimilação da regulamentação sexual e de identidade de gênero. Então, é assinalada a performance não normativa como elemento fundamental para a identificação, catalogação e repreensão daqueles considerados desviantes, estopim para movimentos discriminatórios.

2. O CORPO-TERRITÓRIO

De início, tratemos da relação dos indivíduos com o espaço. James Duncan (1990) considera o espaço urbano como um sistema complexo de signos expressos por práticas e textos performados nele. Jeffrey Weeks coloca a sexualidade como um somatório de signos: '[...] envolve tanto palavras, imagens, rituais e fantasias quanto o corpo: a forma como pensamos sobre o sexo molda a maneira como o vivemos.' (WEEKS, 2002, p. 3, tradução nossa). A similaridade das conceituações de espaço e sexualidade converge para uma intersecção narrativa em que ambos podem ser considerados construções de signos indicativos a partir da expressão e recepção dos indivíduos. Entende-se assim um caráter dinâmico e flexível da urbanidade, que conceitua não só os corpos no espaço, mas também expressa que há, pelo menos um pouco, da cidade na formulação de sujeitos.

Apropriando-se das afirmações destes autores, é possível estabelecer, então, que a ocupação do espaço delimita determinadas atuações a partir da interpretação dos signos expressos pelos corpos, condicionados — ou não — a uma performance hegemônica, neste caso, a heteronormativa e cisgênera. A destreza em ocupar e dominar o espaço, que tais grupos normativos desempenham, tem como resultado a demarcação de figuras dissidentes, os quais são instantaneamente marginalizados e hostilizados.

É importante, portanto, definir os conceitos de heterossexualidade e cisgeneridade, que são tão relevantes para a construção deste texto. Devido à ausência do termo cisgeneridade em dicionários, busca-se no artigo "Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial" de Viviane Vergueiro uma definição relevante para a discussão colocada aqui:

A cisgeneridade, conceito sobre o qual dialogaremos a seguir, representaria justamente tal referencial, denotando as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero "normais", "não transtornados", "biológicos". (VERGUEIRO, 2016, p. 252)

Vergueiro (2016, p. 252) ainda complementa ao considerar a cisgeneridade como uma identidade de gênero de indivíduos na qual a '[...] 'experiência interna e individual do gênero' corresponde ao 'sexo atribuído no nascimento' a eles." A heterossexualidade é definida no dicionário Michaelis como "relativo ao heterossexualismo." O segundo termo fornece a definição: "Inclinação por ou prática sexual com pessoa do sexo oposto." (MICHAELIS, 2023) As definições em si corroboram a ideia de construção de signos comuns expressos pelos corpos quando colocados em situações sociais e, além disso, podem ser

interpretadas como uma tentativa de universalização de experiências e indivíduos, visto que atuam na padronização.

No artigo "Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica", Joseli Silva, juntamente com Marcio Ornat (SILVA E ORNAT, 2016), discorrem sobre o corpo a partir de uma perspectiva geográfica. Os autores conceituam o corpo como algo não imparcial e não universal, partindo da inegável consciência de que todos os corpos possuem diferenças, marcas e vivências relacionadas a práticas sociais, econômicas, políticas e características físicas. Os sujeitos são observados, lidos e interpretados por outros sujeitos.

Como existem infindáveis tipos de corpos, em diferentes formas, características, estágios e estados de existência e cada uma delas é interpretada e comunicada em cada tempos e espaço, pode-se argumentar, assim, que o corpo é um lugar social, políticos e geográfico e, além disso, o corpo constitui na maneira como as pessoas se conectam com outros espaços e experimentam o espaço. (SILVA e ORNAT, 2016, p. 63)

Apropriando-se da reflexão dos autores, o indivíduo pode ser abordado a partir de uma escala mais específica, passível de ressaltar a relevância de uma maior aproximação do indivíduo. Haesbaert (2020) argumenta sobre a demarcação, categorização e organização dos corpos a partir de uma linguagem estruturada por uma hegemonia capitalista, que atua de forma a inferiorizar aqueles dissidentes por sua performance díspar, assim o corpo-território é considerado o primeiro território de luta.

Lefebvre (1992) também estabelece uma relação direta entre o indivíduo e o espaço ao ultrapassar o conceito de existência no espaço meramente, admitindo que a constituição do sujeito espacialmente é material, porém relata a inevitabilidade da adição de complexidade, ao passo de que o corpo materializa identidade e expressões. Henri Lefebvre, em seu livro "The Production of Space", estabelece a relevância do espaço-corpo:"

O corpo, com sua capacidade de ação e suas diversas energias, pode criar espaço? Indubitavelmente, porém não no sentido em que a ocupação poderia ser considerada "fabricante" da espacialidade; em vez disso, existe uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre o desdobramento do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos no âmbito material (utensílios e objetos), antes de produzir-se (nutrindo-se dessa materialidade) e antes de reproduzir-se (por meio da geração de outros corpos) cada corpo vivo é um espaço e possui seu próprio espaço: ele se produz no espaço e produz esse espaço. (LEFEBVRE, 1992, p. 170, tradução nossa)

Diante da colocação de que o corpo é espaço e que este espaço e o próprio corpo constituem experiências, sejam elas intelectuais ou materiais, que determinam as interações e limitações dos sujeitos que se apropriam dele. Ao passo que o corpo é espaço, a concepção de lugar público é construída como um ambiente de encontros, movimentos e trocas entre os sujeitos, tendo como implicação a consideração das pessoas entre si. O corpo então passa a ser um território de embate e confronto.

A existência de corpos dissidentes é pautada na ideia de que são espaços políticos, que além de ocupar também produzem o território com espacialidades, desdobramentos, formulações e configurações distintas e disruptivas capazes de contrapor a regulação dos indivíduos.

É inegável que, com a mutabilidade do espaço e do tempo, as ideias que atribuem características de performance de gênero e sexualidade normativas se adaptam e transformam ao entorno, fazendo com que o corpo seja suscetível às mutações ao redor. Em 'Os Atos Performativos e a Constituição do Gênero: Um Ensaio sobre Fenomenologia e Teoria Feminista', Judith Butler aponta:

O corpo é um conjunto de possibilidades, porque; 1) a forma como ele existe no mundo e como é percebido pelo outros não é predeterminada por uma essência interior; 2) a sua expressão concreta no mundo deve ser entendida como a acepção e a expressão de um conjunto de possibilidades históricas. Existe um aspecto ativo que é entendido como o processo que determina quais são essas possibilidades e que, por sua vez, são limitadas pelas convenções históricas disponíveis. (BUTLER, 2018, p. 215 – 216)

Desta forma, é perceptível não só a mutabilidade das expressões corporais empreendidas para se adaptar ao meio, mas também o processo dominante e hegemônico que limita corpos quando exploram as possibilidades citadas, de forma a fugir do que é considerado normalidade.

O espaço, como conceito, neste caso, é uma concepção intelectual construída socialmente, logo é totalmente adaptável ao tempo, lugar e sociedade em que se apropria dele, assim como as ideias. A rua, portanto, é puramente a corporificação das relações e experiências estabelecidas entre os sujeitos e atua na validação de outros sujeitos, por meio das relações de poder heterossexistas e homofóbicas também replicadas nela.

As relações de poder citadas são ilustradas por gestos, palavras e olhares reprovativos, ou seja, são feitas por uma análise corpórea e a partir dela repreendidas ou copiadas. Sendo necessário, então, pontuar os recorrentes casos de homofobia, transfobia e diversas outras formas de violência, física, verbal ou mais abstrata, que acontecem a partir do momento em que esses espaços são ocupados e vivenciados por indivíduos que não atuam tal qual a performatividade normativa, ou seja, que não sejam o sujeito "universal" heterossexual, branco e cisgênero.

3. PERFORMANCE NÃO NORMATIVA

Algumas estatísticas destacam dados importantes sobre a hostilidade em relação aos corpos dissidentes. Segundo o Grupo Gay da Bahia (2018), a cada 20 horas, um indivíduo LGBT morre no Brasil por ser LGBT (GGB, 2020). Ao mesmo tempo, segundo o "Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras 2022" publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, pela 14ª vez, o país lidera o ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo (BENEVIDES, 2023).

Em pesquisa desenvolvida pelo SUS entre 2015 e 2017, estimou-se que um indivíduo que se identifica como LGBT é agredido a cada hora no Brasil. A pesquisa também ressalta as agressões, principalmente a figuras associadas a características femininas, como lésbicas, travestis e transsexuais. Das vítimas agredidas que participaram da pesquisa, 46% eram transexuais ou travestis, enquanto 32% eram lésbicas e 25% gays. (PUTTI, 2020)

A produção de discursos e formulações hostis nos espaços públicos pode ser argumentada ao se apropriar da argumentação de Preciado (2018), no qual o autor classifica a normatividade heterossexual como pautada a partir de um ideal patriarcal e sexista que posiciona os homens como proprietários de outros corpos, analisando-os sob um arquétipo comportamental pautado em um sistema binário. Fundamentado nesse sistema, qualquer comportamento desviante é visto como uma ameaça ao poder patriarcal e pode justificar comportamentos discriminatórios, fundamentados não só durante anos de pregação religiosa, mas também como um movimento científico, como descreve Preciado:

A produção hiperbólica do discurso médico pós-guerra sobre gênero é o sinal de uma crise epistêmica: os intermináveis debates 'natureza versus criação' que ocorreram entre 1950 e 1970 [...] lembram-nos os truques do século XVI aplicados às esferas e aos epiciclos com o objetivo de manter a hegemonia do modelo astronômico geocêntrico. A proliferação do discurso clínico sobre 'hermafroditismo verdadeiro', 'pseudo-hermafroditismo', 'intersexualidade', 'incongruências sexuais', [...] bem como a normatização médica das técnicas de retribuição de sexo, mutilação genital de bebês intersexuais e reconstrução cirúrgica do gênero [...]. (PRECIADO, 2018, p. 113)

Desde o nascimento, os corpos quando em posições de sociabilização são analisados, categorizados em uma tentativa de padronização, trabalhando na culpabilização de tudo o que desvia disso. A definição de vestimentas, regras de sociabilidade e vários outros elementos são ditadas e incentivadas. Irrevogavelmente, trata-se de condicionar vidas, vide estatísticas citadas anteriormente. A hostilidade e repreensão desses corpos desviantes não são entendidas aqui como acontecimentos avulsos e individuais, mas sim como algo sistemático e articulado que atua na manutenção da normatividade na constituição de relações com outros corpos e com o espaço. Vinicius Almeida categoriza o que é chamado de estereótipo neste texto como:

Corpos que fazem parte da própria reprodução da vida civil e urbana industrial, com seus novos horários para dormir, acordar, alimentar-se, trabalhar. Mas não apenas isso. A incorporação de uma consciência [...] de que o indivíduo faz parte de um todo que depende de sua organização ao mesmo tempo, em que sua organização está atrelada a esse todo. Portanto, não conseguir manter uma rotina ideal, não ter as condições físicas ideias, não ter a sexualidade ideal para os padrões normativos, constitui em defeitos que devem ser sentidos como culpa [...]. (ALMEIDA, 2019, p. 33)

Uma das problemáticas da organização binária de gênero e suas respectivas performatividades corporais são as relações espaciais intrincadas em estereótipos comportamentais, por isso, a relação do ser com o próprio espaço é um fator de opressão ou expressão de sua sexualidade.

A identidade de gênero e orientação sexual são construídas e não simplesmente dadas naturalmente como um fato imutável. As identidades são instáveis e voláteis e podem ser associadas ao tempo e espaço, como pontuado por Judith Butler (2018). Assim, a norma que estrutura as relações estabelecidas no espaço é sempre pautada pelo que acontece social e culturalmente em determinado recorte.

Com a percepção de que tudo é construído socialmente, Judith Butler (2018) traz o conceito de performance teatral nas atribuições de gênero e que podem ser traduzidas para questões de sexualidade, em que há uma construção social de estereótipos capazes de atribuir sentido à expressão dos sujeitos seja social, corporal ou moralmente.

Essas atribuições, como dito anteriormente, manifestam-se socialmente na rua através desses mesmos signos comuns, os quais são os estereótipos. A reprodução destes signos acaba facilitando a identificação de alguns comportamentos que diferem da norma, e tudo a partir daquela quebra de contrato se torna justificável para um movimento violento e dominante na tentativa de reafirmação e repreensão. Preciado ([2008] 2018, p. 131) em Testo Junkie pontua alguns "códigos semiótico-técnicos", como o autor classifica, associados a estereótipos de gênero e sexualidade normativa da mulher e do homem branco heterossexual. Alguns dos itens citados associados à mulher têm um cunho puramente performativo concebido para a percepção do outro, como, por exemplo: "[...] mãos pequenas, as sapatilhas

de Audrey Hepburn, [...] o cuidado com os cabelos, a moda, [...]" enquanto os signos da masculinidade são "[...] usar calças compridas, saber levantar a voz, [...] a cidade, o bar, as putas, [...] botas, a gravata, a barba de três dias por fazer [...]."

Todos os estereótipos citados até então estão atrelados à construção de uma imagem que compreende a identidade de gênero como algo que não é a priori do ser, ela deve ser desvinculada desses condicionantes de sexo biológico ou independentemente da classificação, e reconhecida como uma construção social performativa, em que padrões de opressão e de dominação têm que ser questionados e subvertidos, já que não só passam a ser um modelo de opressão de gênero, mas também relacionados à sexualidade. É relevante também pontuar a pertinência da sociabilidade urbana aqui como elemento fundamental para a leitura dos corpos e principalmente para a manutenção da normativa, ao estabelecer e vigiar tudo aquilo que é "normal". Almeida comenta sobre os dispositivos utilizados para identificar aqueles que desviam de alguma forma das características normativas.

Almeida comenta sobre os dispositivos utilizados para identificar aqueles que desviam de alguma forma das características padronizadoras:

O reconhecimento opera através dos dispositivos de visibilidade e invisibilidade. O reconhecimento do gênero opera de forma a determinar quais vidas são dignas de ser vividas e quais não são. A cisgeneridade e a heterossexualidade são discursos que asseguram a dignidade de uma vida. Se estiverem juntas em um mesmo indivíduo, maior o valor de sua vida. (ALMEIDA, 2019, p. 68)

O espaço, então, se torna um lugar de opressão e normatização dos corpos e sujeitos que não performam tais ideais expressivos de gênero e sexualidade. Britto e Jacques (2012, p. 143) pontuam a necessidade de "[...] substituir a co-presença por representações programadas, repetitivas e petrificadas da experiência urbana". Faz-se necessário uma ocupação permitindo experiências não monótonas e controladas.

Eduardo Rocha Lima (2012) pontua o processo de invalidação das existências que desviam por meio da recusa em reconhecer a existência e história ou de formas mais objetivas, quando criminalizam, reprimem ou dizimam um conjunto de políticas públicas que possam colaborar com uma reformulação do espaço urbano.

Apesar dos dispositivos de vigilância da normatividade atuarem para todos os sujeitos, a fim de estimular a repreensão e controle, são repreendidos apenas aqueles que desviam dos estereótipos corporais e comportamentais, retomando o argumento de que a expressão da sexualidade está associada à linguagem, signos e expressões, como argumentado por Weeks.

4. REAFIRMAÇÃO

Ao compreender a sexualidade como identidade construída socialmente, as reafirmações performativas são mecanismos para dominação e opressão, visto que o questionamento desses acontecimentos pode ser naturalizado e, com o tempo, ressignificados e pervertidos, porém ainda são adjuntos ao argumento de Almeida (2019) em que na vida civil e urbana industrial as relações padrões são a motriz para uma sociedade normativa. A ressignificação, portanto, é a tentativa de quebra destas

imposições de estereótipos e performances de gênero e sexualidade, principalmente em espaços públicos nos quais o número de interações e visibilidade é amplificado.

Há recortes em espaços específicos, nos quais os corpos não heteronormativos discordam da performance conforme as normas construídas, a fim de evitar estratégias sutis ou escancaradas de dominação e hostilidade, porém a realidade ao considerar uma escala maior é de espaços públicos que abrigam violências abstratas e/ou físicas. É possível então, pontuar o simples fato de andar de mãos dadas como ressignificação ou apropriação do espaço quando não se trata de um parceiro hetero-cisgênero.

A associação dos indivíduos destoantes a um espaço confere não só um estímulo mas também um suporte moral e existencial para aqueles que têm performances, corpos e signos semelhantes. Cria-se então um processo potencial com gestos e presenças, ao ser na resistência e existência dispostas possibilidades capazes de perverter os códigos normativos estabelecidos, e a relevância destas ocupações está na mutabilidade e autonomia de ocupar e existir.

A ocupação dos espaços públicos, ainda que esporádicos, questiona a normatização urbana e de indivíduos. Como argumenta Vieira (2019) "[...] é necessário promover o movimento de corpos, seus gestos, atos e falas coletivas, demarcando o espaço com memórias de vivências públicas.". E não só marcar os espaços, mas fazer com que estes não sejam determinantes no medo e hostilidade de ocupar os lugares públicos.

Ressignificar os espaços, desde a escala de corpos-territórios até espaços públicos, para que as experiências, individuais ou urbanas, possam ser formuladas de forma não repreensivas e hostis para que a existência destes possa também ser considerada corpos políticos e disruptivos no sentido de contrapor a normativa e carregar a ambição de catalisar novas possibilidades de existência e comportamentos não engessados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, V. S. *Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo.* 2019. 271 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-154531/pt-br.php. Acesso em: 15 maio 2023.

Benevides, B. G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022* / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. *Corpo e cidade: complicações em processo. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1/2, p. 142 – 155, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/corpoecidade. Acesso em: 10 maio 2023.

BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Trad. Jamille Pinheiro Dias. Caderno de Leituras n. 78, Chão da Feira, 2018, p. 1-16. Disponível em: https://chaodafeira.com/wpcontent/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2023.

DUNCAN, J. S. The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdon. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais. Geographia (UFF), v. 22, n. 48, p. 75 – 90, 2020.

HETEROSSEXUALISMO. In: Michaelis *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.

Disponível
em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/heterossexualismo/.
Acesso em: 15 maio 2023.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. Tradução de: Donald Nicholson-Smith.

LIMA, E. R. *Cidades-sensuais: práticas sexuais desviantes x renovação do espaço urbano.* 2012. 219 f. Tese (Doutorado) — Curso de Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13057?mode=full. Acesso em: 14 maio 2023.

PRECIADO, P. B. Tecnogênero. In: *Texto junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. [S.I]: N-1 Edições, 2018. Cap. 6. p. 109 – 139.

PUTTI, A. DIVERSIDADE Um LGBT é agredido no Brasil a cada hora, revelam dados do SUS. *Carta Capital*, 16 jul. de 2020. Disponível em:

https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-horarevelam-dados-do-sus/. Acesso em 10 de maio de 2023.

PUTTI, A. Um LGBT é agredido no Brasil a cada hora, revelam dados do SUS. *Carta Capital*, 16 jul 2020. Disponível em:

https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-hora-revelam-dados-d o-sus/. Acesso em: 24 set. 2023.

SIGNO. In: Michaelis *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/signo/. Acesso em: 15 maio 2023.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. *Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In*: Plurilocalidade dos Sujeitos: representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso: Lugar-cultura, 2016. p. 56 – 72.

SOARES, M. L. C. INTRODUÇÃO. In: Maria Luísa Couto Soares (org.). *Expressões do corpo*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006. p. 1-24.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade com crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOTINHO, Laura (org.). Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249 – 270. Disponível em: https://books.scielo.org/id/mg3c9/14. Acesso em: 15 maio 2023.

VIEIRA, M. S. Urbanidade e multidão queer em Berlim. *Ponto Urbe*, [S.I], v. 25, p. 1-14, 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/7128. Acesso em: 15 maio 2023.

WEEKS, J. Sexuality and its discontents: meanings, myths & modern sexualities. New York: Routledge, 2002.